



Abril 2019 - ISSN: 1696-8352

PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: REVISÃO DO TRIÊNIO 2015-2018 A PARTIR DE UMA BASE DE DADOS

Anderson Correa Benfatto¹
Miguelangelo Gianezini²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Anderson Correa Benfatto y Miguelangelo Gianezini (2019): "Publicações recentes sobre universidade e desenvolvimento no Brasil: revisão do triênio 2015-2018 a partir de uma base de dados", Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, (abril 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/oel/2019/04/universidade-desenvolvimento-brasil.html>

Resumo

As Instituições de Educação Superior têm origens e modelos distintos ao longo da história. E o surgimento de Universidades está associado às demandas e aspirações sociais, culturais e econômicas da cada época. Na contemporaneidade, essas instituições formam milhões de profissionais em todo o mundo, contribuindo no desenvolvimento de uma localidade, região ou nação. E para que ocorra o desenvolvimento é necessário aumento produtivo acompanhado de empregabilidade, com intuito de gerar bem-estar e suprir as necessidades sociais. Olhando este contexto, o presente estudo interdisciplinar é classificado como documental e bibliográfico com abordagem de pesquisa qualitativa e objetivo de pesquisa descritiva. A pesquisa foi realizada na base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library SPELL*® no dia 22 de setembro de 2018, tendo sido selecionados apenas artigos acadêmicos nos períodos de setembro de 2015 a setembro de 2018. Foram encontrados 108 artigos, dos quais 37 eram repetidos e foram descartados, totalizando a busca em 71 artigos analisados. Foram encontrados os seguintes resultados; instituição com maior número de publicação foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em relação aos periódicos com maior número de artigos foram a Revista de Administração da UFSM e a Revista de Administração IMED, os autores que mais apresentaram publicações foram Dannyela Lemos e Silvio Cario. Tais estudos apontam que as universidades, por meio da parceria com empresas e setores públicos da sociedade, vêm gerando desenvolvimento, com suas contribuições como instituição geradora de conhecimento e pela aplicação do mesmo com seu trabalho de extensão social.

Palavras-chave: Desenvolvimento socioeconômico, Instituições de Educação Superior, levantamento bibliográfico.

RECENT PUBLICATIONS ON UNIVERSITY AND DEVELOPMENT IN BRAZIL: 2015-2018

Abstract

Higher Education Institutions have different origins and models throughout history. In addition, the emergence of Universities is associated with the social, cultural and economic demands and aspirations

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC. E-mail: andersonbenfatto@gmail.com

² Licenciado em Ciências Sociais. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. Doutor. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (Mestrado e Doutorado) da UNESC. E-mail: mgianezini@outlook.com

of each age. Now, these institutions form millions of professionals around the world, contributing to the development of a locality, region or nation. Moreover, for development to occur, it is necessary to increase productivity with employability, with an intuition of generating well-being and meeting social needs. Looking at this context, the present interdisciplinary study is classified as documentary and bibliographical with a qualitative research approach and a descriptive research objective. The research was carried out in the Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL® Database) on September 22, 2018, and only academic articles were selected from September 2015 to September 2018. We found 108 articles, of which 37 were repeated and were discarded, totalizing the search in 71 articles analyzed. As results the Institution with the highest number of publications were the Federal University of Santa Catarina (UFSC), in relation to the periodicals with the highest number of articles were the Journal of Administration of the UFSM and the Journal of Administration IMED, the authors who presented the most publications were Dannyela Lemos and Silvio Cario. These studies show that universities, through the partnership with companies and public sectors of society, have been generating development, with their contributions as an institution that generates knowledge and for the application of the same with their work of social extension.

Keywords: Socioeconomic development, Higher Education Institutions, bibliographic survey.

1 INTRODUÇÃO

As universidades têm influenciado a sociedade no decorrer da história. Nos aspectos ambientais, econômicos e culturais, elas têm ainda, por meio de suas atividades, promovido mudanças, fruto de diversas pesquisas e discussões provenientes de sua condição de geradora de conhecimento, oferecendo respostas às necessidades e anseios sociais (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005).

Contudo, cabe mencionar que houve crises e avanços institucionais que resultaram em significativas transformações nas próprias universidades. No Brasil, nas últimas duas décadas, essas mudanças se deram pela adoção de políticas neoliberais, que consigo trouxeram mercantilização da educação superior, fenômeno que cresceu e se consolidou entre 1990 e 2010 (BUARQUE, 2003; SANTOS, 2005).

As Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil são categorizadas de duas formas, públicas ou privadas. Para efeitos de levantamento estatístico o Ministério da Educação (MEC) classifica as públicas como federais, estaduais e municipais e as privadas sendo privadas sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais, filantrópicas) e com fins lucrativos (STALLIVIERI, 2009).

Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2016, divulgados em 2017 pelo Ministério da Educação (MEC/INEP), existem 2.407 IES, das quais se dividem entre 296 públicas (107 federais, 123 estaduais e 66 municipais) e 2.111 privadas (89 universidades, 156 centros universitários e 1.866 faculdades), em termos proporcionais 87,70% são privadas e 12,30% são públicas. Em relação ao número de matrículas em 2016, somam 1.990.078 (24,7%) públicas e 6.058.623 (75,3%) privadas, totalizando 8.048.701.

Esse cenário em que as universidades comunitárias (sem fins lucrativos e com foco regional) estão inseridas agravou-se, uma vez que houve igualmente uma proliferação do setor privado de ensino superior, composto em boa parte, por instituições que muitas vezes não têm compromisso social (RISTOFF; ARAÚJO, 2003), incluindo-se aqui a preocupação com o desenvolvimento intrínseco das regiões.

Diante de tal quadro foi levantada a seguinte questão de pesquisa: Como esse fenômeno tem se refletido nos estudos acadêmicos recentes? Qual cenário de publicações com a temática "universidade e desenvolvimento" no âmbito nacional? Para tanto o presente estudo teve por objetivo efetuar levantamento bibliográfico sobre a temática em uma base de dados nacional e por seguinte, caracterizar o perfil das publicações encontradas no último triênio (2015-2018).

2 REFERENCIAL

Para melhor entender a dinâmica da universidade e o desenvolvimento se faz necessário trazer a luz da bibliografia existente breve histórico dessas instituições seguido de algumas normas, conceitos e definições.

2.1 Universidades

As universidades e as instituições de ensino superior têm se originado em diversos períodos da história. O surgimento dessas instituições de educação está historicamente conectado às angústias e aspirações sociais de sua época de origem, influenciando e modificando o contexto coletivo e comunitário na qual estão inseridas, onde lhe é conferida desde sua gênese indiscutivelmente um compromisso social por natureza (BARTNIK; SILVA, 2009; FAGUNDES, 1986).

Inicialmente o propósito de algumas universidades era formar o clero, elite política e a nobreza, no entanto com o surgimento da revolução industrial do século XIII, a preocupação estava em atender a população, com propósito de implantar um ensino técnico para suprir as necessidades da revolução que estava em curso (FAGUNDES, 1986; GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005).

O surgimento da universidade brasileira e seus desdobramentos no decorrer da história, têm marcas dos modelos e perfis econômicos adotados no decorrer da história, se iniciando no Brasil colônia até 1930, com modelo denominado agrário-exportador que se limitava a formar o clero, militares e a elite da época (FAGUNDES, 1986).

Com modelo nacional desenvolvimentista que ocorreu de 1930 a meados da década de 1950, tinha como principal característica a industrialização de base, onde o mesmo reuniu suas forças na educação técnica e profissional. Esse modelo educacional vai permanecer nos períodos das décadas de 1950 e 1960 (FAGUNDES, 1986). No mesmo período, ou seja 1930, é promulgado o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispõe dos fins do ensino universitário no seu Artigo 1º, que rege:

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (BRASIL, 1931).

É possível perceber que no artigo 1º, tem um caráter de pesquisa e profissionalização técnica com objetivos de atender as necessidades do período em que foi publicado, ou seja, o modelo de industrialização.

Porém no mesmo decreto, já é possível observar a intenção de inserir um caráter de desenvolvimento para as universidades, demonstrando assim também uma preocupação com a função social das instituições de educação superior, como explicita o artigo 42 do decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público. (BRASIL, 1931).

Nesse sentido Bartnik e Silva (2009) afirmam que duas correntes influenciaram o início da aproximação da universidade a comunidade. A corrente europeia, que oferecia cursos de extensão, norte americana que fornecia serviços para comunidade com o intuito de desenvolver a mesma. É possível perceber os traços dessa influência no art. 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 40. As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; (BRASIL, 1968).

Em meio a esse movimento, surgem às associações escolares que forneciam ensino fundamental de básico, que posteriormente dariam base para as instituições de educação superior comunitária, que eram financiadas pelos municípios e alunos, porém sempre visando prevalecer seu caráter inicial comunitário e social, geradora de desenvolvimento (VANNUCCHI, 2004; VOGT, 2009).

2.2 Desenvolvimento

Tem-se a ideia de desenvolvimento a universalidade do bem-estar, que é gerado pela unidade com o fim de criar o processo do progresso, progresso esse que é a união da ciência e de seus instrumentos que devem ser usados para conceber o desenvolvimento, devendo-se partir do estado atual criar metas futuras com intuito de promover a constante evolução da sociedade (PINTO, 1959).

No mesmo sentido define o desenvolvimento como a união do acúmulo de capital e a criação de tecnologia, essa união tem como resultante o aumento da produção e renda que por consequência aumenta os salários e o bem-estar social. Esse processo uma vez iniciado deve ser alimentado e incentivado para que se sustente e possa reproduzir seus benefícios (BRESSER-PEREIRA, 2006).

A compreensão de desenvolvimento esta centralizada na ideia da generalização do bem-estar social, nos campos morais, materiais e civilizatórios gerando assim um conforto para a população, tais condições são advindas do crescimento econômico (PRADO JÚNIOR, 1999).

No decorrer da história o desenvolvimento vem sendo conceituado de maneiras distintas, cabe destacar algumas delas, tais como progresso técnico que promove o aumento de produção e rentabilidade, tais condições são possíveis por meio da divisão social do trabalho. Outra definição de desenvolvimento esta condicionada a satisfação das necessidades básicas da dignidade humana, tais como alimentação, vestimentas e moradia (FURTADO, 1981).

A ideia corrente de desenvolvimento refere-se a um processo de transformação [...] Essa transformação está ligada à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta sob a forma de aumento do fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade. Assim, a ideia de desenvolvimento articula-se, numa direção, com o conceito de eficiência, noutra com o de riqueza. A formas mais racionais de comportamento corresponde uma satisfação mais plena das necessidades humanas. (FURTADO, 1981, p. 41).

Nessa perspectiva com aumento de produção por meio das modificações nas técnicas de produção, aumenta-se também o fluxo de renda, que gera um efeito de crescimento de um conjunto de estrutura complexa social que esta baseada na divisão social do trabalho. Essa resultando tem um efeito social profundo pois proporciona a capacidade de suprir as necessidades da coletividade (FURTADO, 2000).

Para que o desenvolvimento seja concreto e perceptível ele não deve ser apenas numérico, todavia com aumento da produção e dos fluxos de renda, por meio da aplicação de tecnologias que o autor intitula de progresso técnico, esse aumento produtivo pode ser acompanhado com empregabilidade social, gerando renda per capita convertida em distribuição de renda pelo trabalho, com intuito de gerar o bem estar social e suprir as necessidades sociais (FURTADO, 2004).

Por conta de tais considerações acerca do desenvolvimento, as universidades podem ser “peças-chave” nesse contexto. Enquanto o Estado tem ações macro, as ações das universidades (em especial as comunitárias) estão voltadas ao contexto local e regional fragmentado. Tais ações têm se demonstrado capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico nos cenários sociais nas quais então inseridas, por meio da geração e compartilhamento do conhecimento, oportunizando soluções isoladas para problemas globais, demonstrando assim o potencial da particularidade do desenvolvimento local (FONTAN; VIEIRA, 2011).

Ao término desta seção cabe ressaltar que o presente estudo é integrante de pesquisa maior que subsidia dissertação de mestrado na área de Desenvolvimento Socioeconômico e que tem como tema norteador as “universidades comunitárias” do estado brasileiro de Santa Catarina.

2.3 Universidades Comunitárias

A ausência do Estado e do poder público foi o principal motivo pelo surgimento das instituições comunitárias de educação superior, que pela decisão dos mesmos inicia somente no século XIX as primeiras IES, por conta da morosidade do Estado que tarda em agir, a sociedade civil se organiza com intuito de suprir essa necessidade da oferta, latente em regiões no interior do Brasil, inicia essa função social com a construção das primeiras instituições (VANNUCCHI, 2004).

Essas iniciativas se deram com mais ênfase no sul do Brasil em comunidades rurais de imigrantes, com destaque as etnias italianas e germânicas, que se organizavam em associações formalizadas voluntárias com intuito de inteirar seus integrantes. Em meio a esse movimento surgem às associações escolares que forneciam ensino fundamental de básico, que posteriormente dariam base para as instituições de educação superior comunitária, que eram financiadas pelos municípios e

alunos, porém sempre visando prevalecer seu caráter inicial comunitário (VANNUCCHI, 2004; VOGT, 2009).

Como pioneiros a Igreja Católica, que já ofereciam com larga experiência ensino fundamental e médio, estendendo também para a educação superior que para tanto em 1944 é fundada a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, seguido pelo surgimento das Pontifícias Universidades de São Paulo e Campinas (VANNUCCHI, 2004).

É valoroso destacar que na década 1980 se fortalece o termo e a essência da universidade comunitária no cenário da educação superior no Brasil, para tanto que na mesma década, em meio à assembleia constituinte, reitores de diversas universidades se reuniram em Porto Alegre para definir pontos em comum, meios de convencer os deputados federais a inserir o modelo no texto constitucional (VANNUCCHI, 2004).

Diante do debate constituinte e das articulações de algumas instituições, tais como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, resultaram na admissão do modelo comunitário no texto Constitucional de 1988 por meio do artigo 213. É necessário destacar que está explícito no *caput* do artigo 213, que seja destinada verbas públicas a distintos modelos institucionais de educação superior, inclusive as comunitárias, porém não delimita particularidades do modelo comunitário, (FRANTZ, 2006; SCHMIDT, CAMPIS, 2009; VANNUCCHI, 2004).

Proveniente desse contexto surge à discussão da universidade pública não estatal, fruto da tentativa de enquadrar juridicamente as instituições comunitárias, surgindo à necessidade de um marco regulatório (FRANTZ, 2006; SCHMIDT, CAMPIS, 2009) que se concretiza com advento da Lei das Comunitárias n. 12.881, de 12 de novembro de 2013, que especifica no *caput* do primeiro artigo as características desse novo modelo jurídico de instituição de educação superior e confere o status de público não estatal (BRASIL, 2013; LÜCKMANN; CIMADON, 2015).

Artigo 1º da Lei n. 12.881/13, Lei das Comunitárias, conforme rege:

Art. 1º As Instituições Comunitárias de Educação Superior são organizações da sociedade civil brasileira que possuem, cumulativamente, as seguintes características:

I - estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as constituídas pelo poder público;

II - patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público;

III - sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos: [...]

IV - transparência administrativa, nos termos dos arts. 3o e 4o;

V - destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênera.

§ 1º A outorga da qualificação de Instituição Comunitária de Educação Superior é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 2º Às Instituições Comunitárias de Educação Superior é facultada a qualificação de entidade de interesse social e de utilidade pública mediante o preenchimento dos respectivos requisitos legais.

§ 3º As Instituições Comunitárias de Educação Superior ofertarão serviços gratuitos à população, proporcionais aos recursos obtidos do poder público, conforme previsto em instrumento específico.

§ 4º As Instituições Comunitárias de Educação Superior institucionalizarão programas permanentes de extensão e ação comunitária voltados à formação e desenvolvimento dos alunos e ao desenvolvimento da sociedade. (BRASIL, 1988)

A referida lei é fruto do Projeto Lei n. 7.639/2010 da Deputada Maria do Rosário proposto pelas entidades, Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC); o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG); a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC); a Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE) e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE) (BRASIL, 2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como interdisciplinar. A pesquisa interdisciplinar é formada pela união de disciplinas distintas, a fim de suprir as lacunas mantidas nas limitações de cada disciplina (SFEZ, 2007). A pesquisa se classifica como bibliográfica e documental uma que vez que os dados coletados e analisados são de origem de material já produzido, ou seja, artigos acadêmicos publicados (GIL, 2009).

A pesquisa tem abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa possibilita em seu contexto a aprofundamento e detalhamento, a fim de encontrar significados de diversas situações

(RICHARDSON, 2008). Objetivo de pesquisa é descritivo, esse formato propõe a identificar, relatar e comparar os dados (BEUREN, 2008).

3.1 Procedimentos para coleta e análise de dados

Em relação ao procedimento para coleta de dados, optou-se pela base de dados bibliográficos Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL®), que se configura em uma ferramenta que

agrega a produção científica disponibilizada eletronicamente por periódicos nacionais das áreas de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo, reunindo artigos científicos, artigos tecnológicos, pensatas, entrevistas, editoriais, resenhas, casos de ensino, resumos de teses e dissertações, apresentações de fóruns, assim como seus similares, todos disponíveis livremente para consulta e download (SPELL, 2018).

A escolha se justifica, uma vez que a pesquisa teve como objetivo principal realizar levantamento dos artigos publicados em âmbito nacional, por se tratar de uma base de dados de estudos acadêmicos e tem como um dos seus objetivos “Proporcionar visibilidade à produção científica, particularmente aquela divulgada em periódicos editados no Brasil” (SPELL, 2018).

A pesquisa foi realizada no dia 22 de setembro de 2018, tendo sido selecionados apenas artigos acadêmicos compreendidos do período de setembro de 2015 a setembro de 2018, ou seja, nos três anos. Os dados foram coletados e classificados no mesmo dia frente à dinâmica dos resultados e constante atualização da base. Foi utilizado para a busca o tema “universidade e desenvolvimento”. Foram utilizados os termos em inglês, uma vez que, há uma expressiva quantidade de publicações que são traduzidas para essa língua, com intuito aumentar abrangência da busca. Para tanto foram empregados os termos e a soma de termos apresentadas no quadro a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 - Filtragem base Spell

Filtro 1	Spell	Filtro 2	Spell	Filtro 3	Spell	Filtro 4	Spell
<i>Development</i>	1763	Desenvolvimento	1799	<i>University</i>	434	Universidade	383
<i>University</i>	37	Universidade	44	<i>Development</i>	15	Desenvolvimento	12
Total Repetidos				37			
Total sem Repetição				71			

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

Inicialmente fez-se a busca apenas com o termo *Development* conforme Filtro 1, resultando 1763 artigos, posteriormente foi utilizado na mesma busca a junção de *Development* + *University*, resultando em 37 artigos, em seguida foi adotado o mesmo processo, ou seja, no Filtro 2 foi realizado a busca com o termo Desenvolvimento, resultando 1799, após com a soma de Desenvolvimento + Universidade, resultando em 44 artigos.

Já no Filtro 3, foi realizado a busca com termo *University*, resultando em 434, e com a soma dos termos *University* + *Development*, resultando 15 artigos, por fim no Filtro 4, Universidade, resultado em 383 artigos, finalizando com inserção dos termos Universidade + Desenvolvimento, resultando em 12 artigos.

Foram encontrados a soma de 108 artigos dos termos utilizados, dos quais 37 eram repetidos e foram descartados, totalizando a busca em 71 artigos a serem analisados.

Foram selecionados os artigos mais citados no *Google Scholar*®, foi utilizado o título para encontrar os mais citados. Por fim foi efetuada a leitura nos resumos tendo sido selecionado para análise mais minuciosa os estudos aderentes à temática do presente estudo, ou seja, “universidade e desenvolvimento”.

4 RESULTADOS

Segue apresentação e análise dos dados, que se inicia com quadro 2, que aborda o número de publicações por instituição.

Quadro 2 – Publicação por Instituição

Instituições	Artigos
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	16
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	10
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	9
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	8
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	7
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	6
Universidade Feevale (FEEVALE)	5

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

Como se pode observar no quadro 2 que trata da quantidade de publicação por instituição, a instituição que obteve o maior número de publicações nas buscas realizadas foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A UFSC por meio do Programa de Pós-Graduação em Administração (CPGA) em união com o Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (INPEAU) realiza “O Colóquio Internacional de Gestão Universitária” e importante destacar que este evento é internacional e conta com a participação da *Maestria en Gestión Universitaria da Universidade Nacional de Mar del Plata (UNMdP)*, da *Asociación de Especialistas em Gestión de la Educación Superior (AEGES)* da Argentina (UFSC, 2018).

O evento acontece anualmente desde o ano 2000 e conta com varias áreas temáticas voltadas para a realidade das universidades, com uma delas intitulada “Universidade e compromisso social”, se justificando assim a quantidade de artigos com assuntos voltados ao contexto das universidades e o desenvolvimento.

Segue relação dos periódicos que mais apresentaram publicações no presente estudo.

Quadro 3 – Revistas e periódicos

Periódicos	Artigos
Revista de Administração da UFSM	4
Revista de Administração IMED	4
Desenvolvimento em Questão	3
International Journal of Innovation	3
NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia	3
RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia.	3
Revista de Gestão e Secretariado	3
Revista Economia & Gestão	3

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

A Revista de Administração da UFSM e a Revista de Administração IMED, como se pode observar apresentaram 4 publicações cada.

A Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (REA-UFSM) é um periódico acadêmico voltado para as áreas de Administração. É coordenada pelo Programa de Pós-Graduação em Administração e departamento de Ciências Administrativas do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, é classificado no *Qualis* na área interdisciplinar como B3 e na área de administração como B1.

Já Revista de Administração Faculdade Meridional (RAIMED) tem como foco conhecimento científico na área de administração, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Administração

(PPGA/IMED). Sua classificação no *Qualis* na área de administração é B3, na área interdisciplinar como B4.

Quadro 4 – Publicações por autor

AUTOR	N
Henrique César Melo Ribeiro	3
Fernando Dal-Ri Murcia	2
Geraldo Alemandro Leite Filho	2
José Alonso Borba	2
Leonardo Ensslin	2

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

Dannyela da Cunha Lemos é doutora em administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora do Programa de pós-graduação *stricto sensu* em administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, no mestrado profissional da Universidade do Estado de Santa Catarina, já Silvio Antonio Ferraz Cario é doutor em ciências econômicas pela Universidade Estadual de Campinas e atualmente é professor associado IV da Universidade Federal de Santa Catarina.

Quadro 5 – Artigo mais citado no Google Acadêmico.

Autor	Título	Objetivo Geral	Resultados
(LIMA; SILVA, 2015)	Determinantes do desenvolvimento de competências coletivas na gestão de pessoas. (13 citações)	Este artigo objetiva identificar os fatores determinantes para o desenvolvimento de competências coletivas dos servidores da área de gestão de pessoas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).	Como contribuição prática, o estudo apresenta elementos que podem fundamentar um projeto de Gestão por Competências no contexto social da pesquisa, bem como em outras instituições públicas. Tanto as barreiras identificadas, quanto os fatores determinantes das competências coletivas, conforme descritos neste trabalho, podem ser úteis no planejamento da implantação de um sistema de Gestão por Competências, não apenas com enfoque no indivíduo, mas preocupado com o ambiente coletivo.

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

O artigo conta com maior número de citações no Google Acadêmico, porém ao analisar é possível observar que o estudo se dá em uma universidade, contudo o mesmo não condiz com assunto tratado nesse estudo, ou seja, universidade e desenvolvimento.

Quadro 6 – Artigos com aderência a temática proposta “universidade e desenvolvimento”.

Autor	Título	Resumo
(CAMPOS, 2017)	A Interação Universidade empresa Na Indústria De Petróleo Brasileira: O Caso Da Petrobras.	Este artigo analisa a colaboração em pesquisa entre a empresa estatal petrolífera brasileira, Petrobras, e universidades no período de 1980 a 2014. Apesar da importância da interação universidade-empresa na indústria de petróleo brasileira, há poucos estudos temporalmente abrangentes sobre o tema. Este trabalho ajuda a preencher uma lacuna na literatura, provendo dados comparativos de longo prazo sobre a colaboração em pesquisa entre a Petrobras e universidades. Baseando-se nas publicações da Petrobras em coautoria com universidades, são analisadas as mudanças na intensidade e orientação geográfica da colaboração, no nível de relação Inter organizacional e na base de conhecimentos da empresa. Além disso, o trabalho também aborda os efeitos da recente política de financiamento à pesquisa e desenvolvimento na interação. Os resultados mostram uma crescente interação entre a Petrobras e as universidades brasileiras, levando a um alargamento da rede de colaborações científicas da empresa e reforçando sua base de conhecimentos.

(SOBRINHO, 2015)	Aprendendo pela Prática: uma análise crítica sobre uma parceria entre Universidade, Governo Local e Sociedade Civil	O objetivo deste artigo é mostrar como uma parceria entre Universidade, Governo Local e Sociedade Civil pode contribuir para o desenvolvimento territorial. O ponto central do artigo é debater criticamente em que medida essa parceria é uma estratégia efetiva para o desenvolvimento de áreas em processos de transformação de uma estrutura rural para uma composição urbana. O artigo mostra uma experiência de aprendizado que foi realizada no Município de Benevides, Estado do Pará, região amazônica, Brasil. Essa experiência objetiva relacionar a pesquisa universitária, as demandas de governos locais e as necessidades da sociedade civil dentro de um amplo projeto de desenvolvimento que envolve (a) governo local, organizações locais e capacitação das comunidades; (b) planejamento participativo do município; e (c) a provisão de serviços por parte da universidade como uma forma eficiente de contribuir para a área onde esta se situa.
(CENCIA et al., 2016)	Ensino, produção leiteira e desenvolvimento local: um estudo sobre a região oeste de Santa Catarina	O presente estudo objetivou analisar a influência de uma parceria estratégica entre o público e o privado para o desenvolvimento local, tendo como foco a atividade leiteira na região oeste do estado de Santa Catarina. Tal iniciativa é derivada da parceria entre municípios e uma Universidade Comunitária da referida região. Foi direcionada aos produtores estabelecidos na região, possibilitando aos acadêmicos participantes do projeto, a obtenção de conhecimentos científicos para a melhoria das práticas de produção leiteira, que é uma das principais atividades econômicas, responsável pela manutenção das famílias no meio rural regional. Por meio da análise dos dados a pesquisa classificada como qualitativa, quantitativa, descritiva e exploratória, apresenta resultados que apontam para forte expansão da produção de leite no período de 2006 a 2012, além de perspectivas futuras do setor leiteiro local, destacando o alinhamento entre as parcerias para a execução das políticas públicas e as necessidades do desenvolvimento regional.
(OLIVEIRA, 2016)	Transferência de Tecnologia na Universidade UFMG para uma Empresa Particular: Processo e Resultados	Há uma estreita relação entre crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico. Neste artigo, analisa-se o processo de transferência de tecnologia desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – um novo sistema de amortecimento para solados – para uma empresa de calçados Crômico de Nova Serrana (MG), usando-se o método de estudo de caso. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa documental realizada na UFMG e de entrevistas semiestruturadas realizadas com os principais agentes envolvidos no processo. O processo de transferência de tecnologia da UFMG para a Crômico foi um grande aprendizado para as instituições envolvidas. Esse processo permitiu um maior diálogo da universidade com o setor produtivo, além de abrir espaço para novos convênios e novos produtos. O estudo identificou também aspectos que precisam ser aprimorados: (1) simplificação dos procedimentos; e (2) redução da burocracia e a necessidade de regulamentação da Lei de Inovação no âmbito da UFMG. O caso estudado demonstrou o quanto o aumento do processo de cooperação entre universidade e empresa pode contribuir para a inovação, competitividade e desenvolvimento nacional, especialmente em períodos de grave crise econômica.

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

Em relação ao quadro 6 que trata dos artigos que possuem aderência a temática do estudo em questão.

O primeiro artigo de autoria de Campos (2017) tem como objetivo analisar a colaboração em pesquisa entre a empresa estatal petrolífera brasileira, Petrobras, e universidades no período de 1980 a 2014, o estudo buscou estudar a relação entre a Petrobras e as universidades, e como resultados encontrados pela pesquisa mostram uma crescente interação entre a Petrobras e as universidades brasileiras, com colaborações científicas da empresa, demonstrando a relação estreita entre a universidade e o desenvolvimento (CAMPOS, 2017).

Já a pesquisa de Sobrinho (2015) buscou é mostrar como uma parceria entre Universidade, Governo Local e Sociedade Civil pode contribuir para o desenvolvimento territorial, e como resultados encontrados; capacitação das comunidades, planejamento participativo do município; e a provisão de serviços por parte da universidade como de contribuir para o desenvolvimento local (SOBRINHO, 2015).

Confirmando a universidade como promotora de bem estar social por meio de seu trabalho de extensão geradora de desenvolvimento.

O estudo de Cencia et al. (2016) tem como objetivo analisar a influência da parceria entre o público e o privado com intuito de gerar o desenvolvimento local, na atividade leiteira na região oeste do estado de Santa Catarina, tal parceria de deu com municípios e uma Universidade Comunitária da

região, e como resultados indicam que essa parceria promoveu um crescimento da produção de leite no período de 2006 a 2012, além de as parcerias para a execução das políticas públicas voltadas o setor (CENCIA et al., 2016).

E por fim a pesquisa de Oliveira (2016) tem como objetivo analisar a transferência de tecnologia que foi desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que consiste em sistema de amortecimento para solados. Essa transferência foi promovida para uma empresa de calçados Crômico de Nova Serrana (MG), um dos resultados foi a percepção da interação entre universidade e empresa, que contribui para a o desenvolvimento por meio da inovação (OLIVEIRA, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades no decorrer da história vêm desempenhando um papel social importante, por meio da geração do conhecimento e sua interação com a sociedade, oportunizando pela sua missão suprir necessidades por formação profissional.

Ademais, essas instituições contribuem sobremaneira nas mudanças culturais, sociais e econômicas, mediante a pesquisa e inovação, sendo igualmente neste sentido, instituições “geradoras de desenvolvimento”.

Esta *pensata* emergiu do estudo, onde se constata que a universidade na atualidade, por meio da parceria com empresas e setores públicos da sociedade, vem gerando desenvolvimento, com suas contribuições como instituição não só de ensino e pesquisa, mas também pela aplicação do mesmo com seu trabalho de extensão social.

Em relação aos resultados, observou-se que a temática ainda possui lacunas a serem preenchidas, mesmo com a ampliação da literatura recentemente disponível. A escolha de uma base de dados, ainda que intencional, de fato representou uma limitação para o estudo, ficando a sugestão de inclusão de outras bases, juntamente com ampliação do recorte, abrangendo a literatura internacional.

REFERÊNCIAS

- ABRUC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br>> Acesso em: 13 de dez 2018.
- BARTNIK, Fabiana Marques Pereira; SILVA, Itamar Mendes da. **Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias**. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 453-469, jul. 2009.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.
- BRANDÃO, Carlos A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007. 238 p. ISBN 9788526807754 (brouch.).
- BRASIL, **Censo da Educação Superior**, MEC/INEP, 2017.
- BRASIL, **Censo da Educação Superior**, MEC/INEP, 2017. BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Decreto Lei n.12.881/13** de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 7639**, de 13 de julho de 2010. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão EESP/FGV, v. 157, 2006.
- BUARQUE, Cristovam. A universidade numa encruzilhada. In.: APPEL, Emmanuel. **Seminário Universidade: por que e como reformar?** Brasília: Unesco, 2003. p. 23-66
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 177 p. ISBN 8586435767 (broch.).

CAMPOS, André Sica de et al. **A Interação Universidadeempresa Na Indústria De Petróleo Brasileira: O Caso Da Petrobras**. Revista Brasileira de Inovação, 2017.

CENCIA, Norival João et al. **Ensino, produção leiteira e desenvolvimento local: um estudo sobre a região oeste de Santa Catarina**. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 8, n. 1, 2016.

ENSSLIN, Leonardo et al. **Modelo Construtivista para Apoiar o Processo de Gestão da Universidade Federal de Tocantins**. Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM), v. 15, n. 2, p. 122-129, 2016.

FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social extensão limites e perspectivas**. São Paulo: UNICAMP, 1986. 184 p.

FONTAN, Jean-Marc; VIEIRA, Paulo Freire. **Por um enfoque sistêmico, ecológico e “territorializado”**. In.: TREMBLAY, Gaëtan (Org.); VIEIRA, Paulo Freire. **O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: Secco, 2011. 286 p. ISBN 9788598128498 (broch.).

FRANTZ, Walter. O processo de construção de um novo modelo de universidade: a universidade comunitária. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (Orgs.). **Modelos institucionais de educação superior**. Brasília: INEP, 2006.

FURTADO, Celso. **Os desafios da nova geração**. Revista de Economia Política, v. 24, n. 4, p. 96, 2004.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981. 161 p.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 355 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas. 2009.

GOOGLE ACADÊMICO, 2018. Disponível em: < <https://scholar.google.com.br/>> Acesso em: 18 de set 2018.

GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. **Universidades e desenvolvimento local: uma abordagem institucional**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 85.

GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. **Universidades e desenvolvimento local: uma abordagem institucional**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 85.

HOFFMANN, Ricardo L. **Abertura operacional da universidade (para o desenvolvimento)**. São Paulo: UDESC/FAED, 1975. 128 p.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25.08.2018.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**, Brasília, DF, 2017.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25.08.2018.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior** , Brasília, DF, 2017.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25.08.2018.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior** , Brasília, DF, 2017.

LIMA, Jandmara De Oliveira; DA SILVA, Anielson Barbosa. **Determinantes do desenvolvimento de competências coletivas na gestão de pessoas**. Revista de Administração Mackenzie, v. 16, n. 5, p. 41, 2015. ,

LÜCKMANN, Luiz Carlos; CIMADON, Aristides. A dimensão pública das instituições de educação superior comunitárias. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, jan./jun. 2015.

MOROSINI, Marília Costa. **(Innovation and interdisciplinarity in the university)**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 147-166.

NASCIMENTO, Ives Romero Tavares et al. **Da Educação Superior Tradicional ao Ensino Contextualizado: Algumas Lições da Universidade Federal do Cariri para o Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro**. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 6, n. 2, 2018

OLIVEIRA, Maria Do Rosário Alves de et al. **Technology Transfer From The University of Minas Gerais to a Private Company: Process and Results**. International Journal of Innovation, v. 4, n. 2, p. 208-219, 2016.

PINTO, Alvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999. 142 p. ISBN 85-11-13018-7.

RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

RISTOFF, Dilvo; ARAÚJO, Luiz. A universidade que o novo Brasil precisa. In.: APPEL, Emmanuel. **Seminário Universidade: por que e como reformar?** Brasília: Unesco, 2003. p. 203-206.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

SCHMIDT, João Pedro. **O caráter público não-estatal da universidade comunitária: aspectos conceituais e jurídicos**. Revista do Direito, Santa Cruz do Sul, p. 44-66, jan. 2008. ISSN 1982-9957.

SCHMIDT, João Pedro. O caráter público não-estatal da universidade comunitária: aspectos conceituais e jurídicos. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, p. 44-66, jan. 2008. ISSN 1982-9957.

SCHMIDT, João Pedro; CAMPIS, Luiz Augusto Costa. **As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não-estatal**. In: SCHMIDT, João Pedro (org.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz, RS: Edunisc, 2009.

SFEZ, Lucien. **Interdisciplinarity and communication**. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; SOBRINHO, Mário Vasconcellos et al. **Learning by Doing: a critical analysis about partnership between University, Local Government and Civil Society**. Revista de Ciências da Administração, v. 1, n. 3, p. 183-196, 2015.

SPELL. Objetivos. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/sobre/caracteristicas>>. Acesso em: 17 set. 2018.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectiva**. Universidade de Caxias do Sul. Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais. 2009.

THEIS, Ivo Marcos. **Desenvolvimento e território**; questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2008. 278 p. ISBN 9788575781975 (broch.).

TREMBLAY, Gaëtan (Org.); VIEIRA, Paulo Freire. **O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: Secco, 2011. 286 p. ISBN 9788598128498 (broch.).

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. 2018. <<http://coloquio2018.paginas.ufsc.br/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 101 p.

VOGT, Olgario. **Capital social e instituições comunitárias no Sul do Brasil**. In: SCHMIDT, João P. (Org.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009. p. 56-73.